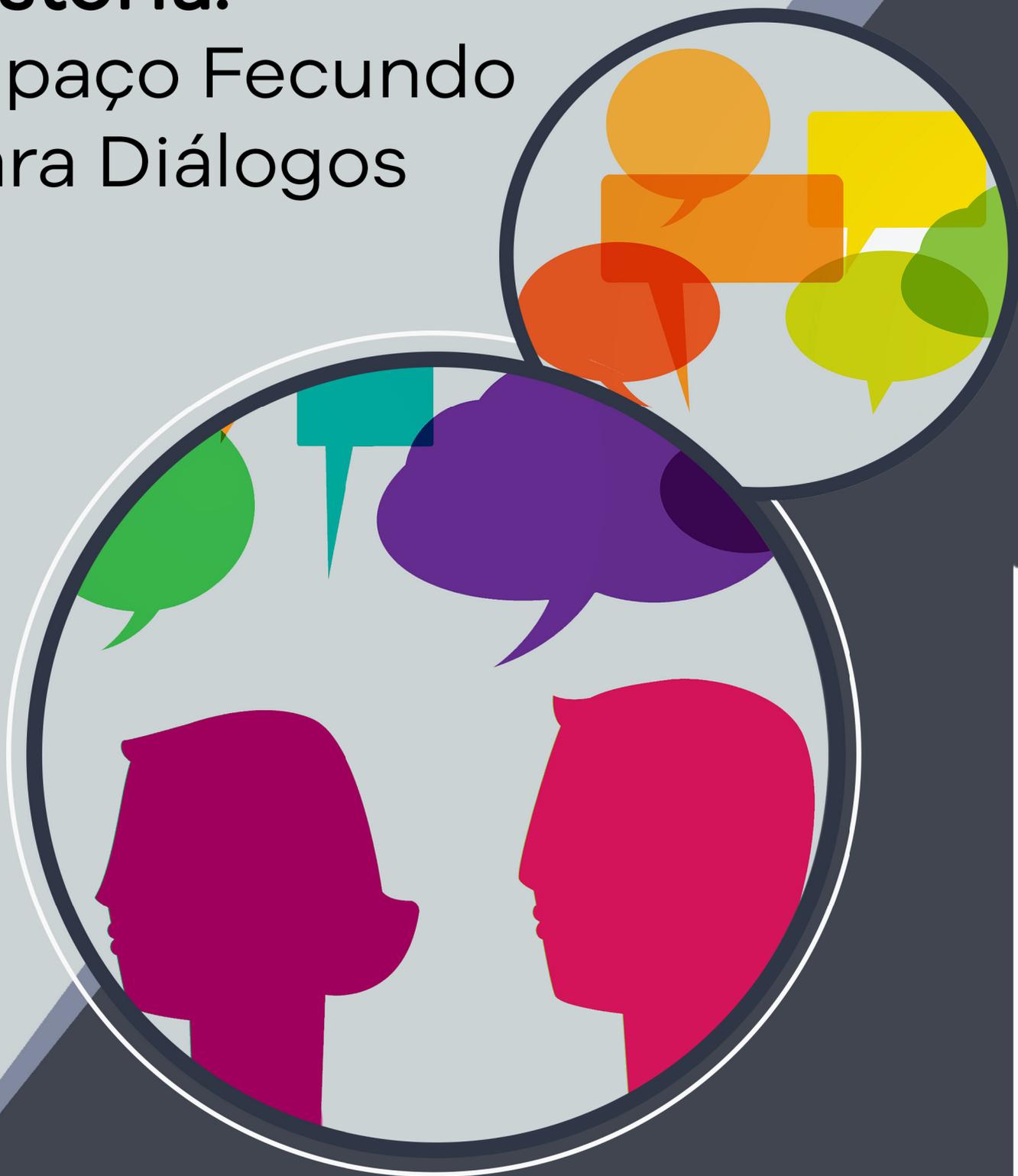


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i> <i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i> <i>João Paulo Corrêa</i> <i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i> <i>João Paulo Corrêa</i> <i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i> <i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA

Jonatan dos Santos Silva

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestre e Doutorando Pelo Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPMLS pela UESB. E-mail: jonatandon@gmail.com

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-Bauru (2001), Mestre e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) 2004 e 2009 respectivamente. PHD junto a Virginia Polytechnic Institute and State University - Virginia Tech - USA (2015).

1 | INTRODUÇÃO

Pensar a Capoeira como elemento de resistência às práticas impostas pela sociedade civilizada, é pensar ao mesmo tempo em sua origem no contexto rural e sua ascendência no contexto urbano. As manifestações afro-brasileiras continuavam sendo perseguida a partir de um projeto pautado no Higienismo e na disseminação das práticas do racismo engendrado no poder das classes brancas vistas como superiores. A capoeira foi vista, no século XIX, praticamente não como um esporte, mas como um dano, uma prática desordeira de dada ordem pública. Contudo, no século XX,

os mecanismos disciplinares não operam mais em torno da capoeira, pois esta é pensada e instituída por outro mecanismo: o Biopoder.

É preciso levar em consideração as verdades produzidas neste período, ao passo que a capoeira vai conquistando espaços do século XX, emergindo um novo olhar social, ao fazer emergir o “Esporte genuinamente brasileiro”. Isso nos conduz a pensar hipoteticamente que as verdades construídas pela sociedade disciplinar durante século XIX coloca a capoeira no lugar de proibição e criminalização, enquanto a produção de outras verdades, a partir do século XX, descriminaliza e institucionaliza a capoeira por meio de dispositivos do Biopoder. Dessa forma, o problema surgiu a partir da indagação de saber se esses mecanismos de poder produziram verdades e mantiveram discursos em que trouxeram condições que tornaram possível a proibição oficial da capoeira no final do século XIX e a descriminalização no século XX?

No início deste artigo, vamos discutir a origem da capoeira no Brasil e o mecanismo de poder disciplinar, trazendo alguns conceitos trabalhados nas obras do francês Michel Foucault, para explicar como as verdades são construídas, e entender em seguida, como a capoeira ocupou, no século XX, o “não-lugar”

de pertencimento dentro de uma sociedade disciplinar onde o poder do soberano é quem dita como se deve agir perante a cultura e a própria capoeira, fazendo valer o discurso do racismo de estado, levando de vez a capoeira à criminalização. Em seguida, será discutida a capoeira ao longo de seu processo histórico, após sua criminalização ocorrida ao final do século XIX, analisando a atuação do mecanismo de Biopoder, a fim de entender as verdades que foram construídas durante o século XX, frente ao racismo de estado, e como isso se apresentou nos discursos para desconstruir uma verdade produzida, em outro momento, para entender a lógica de inversão desse dispositivo de poder que levou a capoeira ao lugar de “Esporte genuinamente brasileiro”, se ausentando do novo código penal graças ao discurso construído pela mídia¹ (revistas, livros e livretos) e pelos intelectuais da época.

2 | A CAPOEIRA NA SOCIEDADE DISCIPLINAR

A capoeira surgiu no Brasil em meio à dominação-escravidão. De acordo com Foucault, (2004) citado por Silva (2007), os estados de dominação acontecem em circunstâncias nas quais as relações de poder se encontram cristalizadas, com poucas possibilidades de reversão, com mecanismos disciplinares rígidos e coercitivos, ou seja, “(...) quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento (...)” (FOUCAULT, 2004, p.266 apud SILVA, 2007, p.30).

As pesquisas apontam os primeiros sinais dessa luta no Brasil, no período colonial, marcado com a chegada do indivíduo escravizado, o qual foi trazido, forçadamente, da África Ocidental a este país, por volta de 1550. Após sua instalação, sofreu uma repressão social, emergindo grandes conflitos institucionalizados, o racismo, uma guerra declarada entre duas raças: os brancos e os negros. Esse lugar de afirmação e sobreposição de uma raça sobre a outra, provoca a busca incessante do lugar da “não-escravidão”, embora a alforria representava a “liberdade” e a isenção das ameaças e punições advindas do poder de um soberano. Dessa maneira, essa forma de dominação dava direito a esse colono de poder matar ou deixar que seu escravo vivesse, pois este corpo deveria ser vigiado, treinado, utilizados e eventualmente punidos.

Este período escravocrata é marcado pelo exercício do poder dos colonos sobre a vida dos negros escravizados através de mecanismos severos (técnicas coercitivas-castigos e violências corporais), assim como na teoria clássica do poder exercido pelo soberano, “Assunção da vida pelo poder”, em que Foucault vai descrever o

1 É entendido, neste trabalho, a partir do conceito de “Rede de Memória”, já que é o meio como as imagens circulam nas sociedades, no que tange às representações sociais e às representações visuais, entendidas como organizadoras de todo um imaginário, sendo ao mesmo tempo, reflexo e resultado dos modos de pensar das sociedades. Os anúncios publicitários estão entre as mídias, tendo um papel relevante no processo de construção social sobre os modos de pensar da sociedade (...). (FONSECA-SILVA, 2007, P.25).

atributo fundamental da soberania como o direito de fazer morrer e deixar viver, sendo uma técnica executada pelo poder disciplinar aplicada ao corpo, a vida dos homens e ao homem corpo. (FOUCAULT, 1975-1976).

O poder exercido durante o período Imperial (1822-1890) traz resquícios de um período onde as verdades construídas sobre a capoeira circulavam pela sociedade através dos discursos, para sustentar e fundamentar o processo de regulamentação e institucionalização. Assim, os discursos, para Foucault (1997), ocupa o lugar onde há presença de saberes, que conseqüentemente há existência de poder, onde não se constituirão na ausência de conflitos e embates entre posições diferentes, considerando que todo lugar de poder é um lugar de saber, e vice-versa. É nesta lógica que Foucault explica a produção da verdade:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. [...] Temos antes que admitir que o poder traduz saber [...] estão diretamente implicados; que não há relações de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1977, p. 29-30).

A produção de verdade, para este pensador, é institucionalizada pela ciência, por isso ele faz uma denúncia à razão positivista por se colocar neutra e universal ao deter o poder de produzir e distribuir, aquilo que Foucault vai chamar de “enunciados”* verdadeiros. A ciência para ele é um lugar de produção do saber, mas não o único lugar de poder. Assim, tudo aquilo que estivesse fora da razão e da ordem seria um enunciado falso, sendo marginalizado e excluído:

[...] só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e coloca-la em questão contra a verdade (FOUCAULT, 1996, p. 19- 20).

O discurso, na perspectiva Foucaultiana, representa o poder do qual queremos nos apoderar como objeto de desejo, aquilo que se deseja lutar, para descobrir a verdade das coisas, já que existe uma verdade obscura, camuflada, escondida no seu interior, havendo uma busca constante das possibilidades externas do discurso (condições históricas, políticas e econômicas). Sobre isso o mesmo afirma: “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso”. (FOUCAULT, 1996, p.53).

Por isso, ele considera que a verdade externa, que se forma em vários lugares, é inventada a partir de obscuras relações de poder. Esse lugar de poder é representado como lugar de produção, não centralizando apenas em um lugar, nem tampouco deve ser visto como algo negativo e distante, muito menos se localiza em uma instancia.

Dessa maneira, Foucault vai discutir esse poder na estrutura social do século XVIII até a segunda grande guerra, mostrando as condições que tornaram possíveis a emergência de uma sociedade disciplinar.

O século XIX é marcado pelas promulgações de decisões de ordens jurídicas que também vão direcionar o “poder disciplinar” aos que ofereciam riscos à ordem pública, a capoeira, logo, era perseguida e punida sobre a tutela da “Guarda Real de Polícia”, em 1809. Dessa maneira, outros mecanismos disciplinares, instituídos pelo “poder soberano”, neste período, ocorrem por meio da Carta da Comissão Militar do Rio de Janeiro², enviada para o Ministro da Guerra, requisitando o retorno dos castigos aos capoeiristas em 1821.

O poder do soberano, o qual marcou este período, era percebido ao mandar castigar com açoites os escravos capoeiras presos em flagrante delito através de Decisões³. As leis impossibilitavam as práticas de qualquer manifestação, que comprometessem a ordem pública, como afirma, o código criminal de 1830, quando se trata de punir aos marginais, vadios e mendigos e desordeiros (REGO, 1968, p.291).

Para Foucault (1973), uma lei penal deveria representar o que é útil para a sociedade e repreenderia o que é nocivo. Apesar dos capoeiristas ter ajudado a conter a “Revolta dos Mercenários”, essas Decisões e Posturas se estenderam ao longo dos anos, como a de 27 de julho de 1831, que manda que a junta policial propusesse medidas para capturar e punir os capoeiras e malfeitores e a Postura de 17 de novembro 1832, proibindo o jogo da capoeira. O que está enunciado através das leis é que, “os capoeiras” seriam responsáveis pelos crimes de assassinato, como na decisão de 17 de abril de 1834, que solicita providências a respeito dos operários do arsenal da marinha que se tornarem suspeitos de andar armados (SOARES, 1994, p.282).

Sobre o enunciado, Foucault (1986) afirma que é sustentado pela posição de sujeito que enuncia, ligado a um conjunto de formulações constituído a partir de tudo que foi dito. Para ele, os enunciados são raros e formam um conjunto, quando se referem a um único e mesmo objeto de discurso, mesmo diferente em sua forma e disperso no tempo. (FOUCAULT, 1986, p.25). Deste modo, havia um conjunto de formulações a respeito da proibição da capoeira, apesar de sua prática não constar na lista de crimes do código criminal, as repressões continuaram através da policia, que tentou erradicar, desta sociedade disciplinar, o que fosse nefasto. (HOLLOWAY,

2 Decisão de 31 de outubro: determinou sobre a execução de castigos corporais em praças públicas a todos os negros chamados capoeiras. Decisão de 5 de novembro: determinou providências que deveriam ser tomadas contra os negros capoeiras.

3 Decisão de 28 de maio de 1824: dava providências sobre os negros denominados capoeiras”; Decisão de 14 de agosto: mandava empregar nas obras do dique os negros capoeiras presos em desordem, cessando as penas de açoites; Decisão de 13 de setembro: declara que a portaria de número 30 do mês de agosto compreende somente escravos capoeiras; Decisão de 9 de outubro: declara que os escravos presos por capoeiras devem sofrer, além da pena de três meses de trabalho, o castigo de duzentos açoites.

1989, Apud SANTOS, 2009).

A mesma estrutura que vigiava, punia e examinava os praticantes, como no modelo de prisão na invenção do Panóptico de Bentham (FOUCAULT, 1975), pressupôs aplicar processos judiciais aos que fossem flagrados, como no caso de um chefe de polícia em 1833, pedindo orientação ao ministro de justiça por estar inconformado com as restrições das leis sobre “os capoeiras”, dizendo que estes “sempre mereceram aqui a maior vigilância da Polícia, hoje infestam as ruas da cidade de um modo sobremaneira escandaloso, e não será fácil evitar as funestas” (HOLLOWAY, 1989), surgindo continuamente outras.

Essas restrições eram reforçadas através do discurso proferido na sociedade, principalmente quando os locais e endereços se tornam lugares da prática de capoeira, como aconteceu em 1835, São Luís do Maranhão, registrado na edição do Jornal Eco do Norte: que “na Rua dos Apicuns, local frequentado por bandos de escravos em algazarra infernal que perturbava o sossego público, os quais, ao abrigo dos arvoredos, reproduziam certos folguedos típicos de sua terra natural”. (VAZ, 2005). Apesar da ausência dessas restrições nas posturas presentes no código municipal, como aconteceu em outras capitais, a capoeira não deixou de ser restringida, e seus praticantes castigados pela polícia, ela continuava entre os principais motivos das prisões da polícia militar do Rio de Janeiro no ano de 1862. (HOLLOWAY, 1989b: pp. 655,656).

Mesmo com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, e a lei do ventre livre, ainda há uma preocupação institucional com seu alastramento, porém esta institucionalização, apesar de “despontencializada”, contribuiu ainda mais para desqualificar os indivíduos na tentativa de fazer tornar potente aquilo que foi institucionalizado a partir dos “pensamentos advindos da Europa (o evolucionismo), fruto dos mecanismos disciplinares” (COSTA, 2013, p.37)⁴.

A sociedade pensava a partir do evolucionismo, no qual considera a capoeira como uma “doença moral que prolifera em nossa civilizada cidade”. O lugar em que a capoeira é colocada pelo império, com apoio das autoridades, do governo, da igreja e da população dominante, perdura até a república, mesmo os capoeiras terem sido seus aliados na guerra do Paraguai, havendo uma promessa de seus praticantes tivessem uma ressignificação social, caso os combatentes retornassem com vida. (COSTA, 2013).

Nota-se o surgimento de novos mecanismos e processos tecnológicos nos quais o poder se exerce para controlar a vida, ao invés da morte. Neste aspecto, as relações de poder irão exercer sobre a vida dos indivíduos, o “Biopoder”, que trata este corpo enquanto máquina para aumentar sua capacidade em suas aptidões para ser dócil e ter utilidade, sendo possível de ser controlado e regulado por meio

4 “Novas argumentações policiais emergem em coro social. A homilia da repressão alia-se aos pensamentos contidos nas cartilhas evolucionistas vigentes à época. Tais pensamentos, pautados numa abordagem biológica do ser social, foram orquestrados pelas reflexões de Charles Darwin, em sua obra: Origens das Espécies, e pressupunham a inferioridade racial do negro”. (COSTA, 2013, p.44).

de intervenções a nível populacional com objetivo de extirpar as problemáticas que causavam adoecimento e subtração das forças desses corpos.

A Biopolítica buscou mecanismos mais racionais para higienizar a população, para otimizar um estado de vida, ao contrário do poder exercido pela soberania sobre a morte, onde “a soberania fazia morrer e deixava viver. (FOUCAULT, 1977, p.294). Assim, a punição aos “capoeiras”, ao final do século XIX, não estava relacionada ao direito de fazer morrer, e sim ao exercício do “Biopoder” para atender as demandas dos senhores. Essas tecnologias de poder não dispensam a tecnologia disciplinar anterior, pois elas vão se articular para regulamentar a vida da população em massa. Essas tecnologias, regulamentadora da vida e disciplinar do corpo, vão se articular para obterem um maior controle sobre a população em nível de moradia, poupança, aluguel, higiene, escolaridade, longevidade, procriação. (FOUCAULT, 1977, p.299). O mesmo “Biopoder” que primava pela vida, deixava morrer, ao passo que a capoeira continuava sendo perseguida durante o período imperial.

Será apenas em 1890, após a abolição do sistema escravocrata, em 1888, que a prática da capoeira, sustentada pelas verdades produzidas ao longo dos anos, colocará a capoeira no lugar de prática criminosa, fazendo enquadrar no código penal, instituído através do Decreto 847, intitulado “Dos Vadios e capoeiristas”:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoas certas ou incertas, ou incutindo temor de algum mal; Pena – de prisão celular de 2 a 6 meses (REGO, 1968, p.292).

Embora sua proibição se concretizasse, os capoeiras praticavam-na evitando o monitoramento dos dispositivos disciplinares. Assim, as verdades construídas ao longo do século XIX que conduziram a capoeira ao código penal por meio, principalmente, de perseguições, instituídas nas Decisões e Posturas, trazem contradições pertinentes em relação a sua criminalização⁵.

Esta polemica aumenta após a publicação, no dia 14 de dezembro de 1890, da “Revista Ilustrada”, onde evidencia a capoeira enquanto símbolo de “brasilidade”. O Biopoder, a partir da idéia de racismo de estado, não permitiria a adesão de indivíduos brancos, para justificar a repressão e a higienização da sociedade. Desse modo, o racismo será inserido nos mecanismos do Estado devido a emergência do “Biopoder”, onde “o que deve viver” e o “que deve morrer”, justifica o aparecimento, distinção, hierarquia, qualificação e detrimento de raças sobre outras. (FOUCAULT, 1977, p.304). Em vista disso, o racismo foi percebido enquanto mecanismo de poder, como forma de tirar a vida do outro, onde o Estado assume um lugar de “assassino” na medida em que ele funciona, de acordo esta estrutura.

5 “Reis ainda coloca que “os lugares da rígida hierarquia social do Brasil escravista eram constantemente colocados em xeque pelos capoeiras, os quais serão então representados como “petulantes”, „arrogantes”, “audaciosos” e „atrevidos”. (REIS,1994, p.230).

3 | ACAPOEIRA E O “BIOPODER” NO SÉCULO XX (EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE REGULADORA)

Como a forma de pensar a estrutura social, higienizada e distantes das doenças morais e físicas nesse novo cenário da guerra das raças, os princípios sociais incorporam os princípios higienistas europeus, nos quais propagavam “a ginástica como meio profilático para a „regeneração” da raça (...), verá na capoeira uma „luta nacional” com uma „excellente gymnásttca”, cujo ensino deveria ser ministrado „nos colégios, quartéis e navios” de todo país”. (REIS, 1994, p.222). Essas tecnologias governamentais puderam obter um melhor controle das instituições, por meio de procedimentos que permitem o poder ser exercido na população sobre a vida dos indivíduos. Assim, as biopolíticas, associadas às disciplinas, constituindo técnicas de governo que operam, inclusive, por meio da distribuição dos indivíduos no espaço, do controle do tempo e da ação (FOUCAULT, 1987). Desse modo, os espaços sociais são reorganizados nas grandes cidades para se aproximarem dos padrões culturais e econômicos europeus para afastar e/ou repreender os capoeiras através da força da polícia. (CRUZ, 1996, p.90).

Surge uma nova tentativa de representação social da capoeira, ao ser vista agora como “herança da mestiçagem” e, portanto, “nacional”, com a publicação do artigo de Mello Moraes Filho, onde o autor tenta desconstruir a imagem instituída a partir de uma idéia de “medo” que alastrou pelas ruas, buscando “reabilitar a imagem do que denomina „o jogo nacional da capoeiragem”, (MORAES FILHO, s/d; 1979: p. 257). Entretanto, os enunciados destas publicações apontam uma suposta tentativa de minimizar ou destituir a capoeira da sua origem africana,” aquela que era a “gymnástica nacional” por excelência”. (REIS, 1994, p.233).

A capoeira vai ganhando representação nacional principalmente na publicação do artigo “A Capoeira”, em 1906 da Revista Kosmos, (REIS, 1994, p.233), cujo autor, Mello Moraes, traz três representações para ela: “nacional”, “esporte” e “mestiça”. Em contrapartida, o argumento da “capoeira mestiça”, para Reis (1994), “é atravessado por um mercado viés evolucionista que aproxima o negro e o índio da condição animal” (REIS, 1994, p.233), permanecendo a idéia de que havia uma raça superior.

Com o aumento das relações políticas exteriores do Brasil, neste período, há uma preocupação dos representantes do governo em valorizar as “culturas” originadas no país. Os exercícios físicos praticados através da influencia da ginástica européia (métodos: francês, alemão e sueco), institucionalizaria de vez a capoeira como ginástica brasileira, sendo “um movimento que se valia da valorização e nacionalização da cultura”. (COSTA, 2013, p.46).

Essa verdade foi produzida politicamente pelos governantes, para fazer a cultura norte-americana ocupar o lugar da cultura europeia no Brasil, por meio do projeto imperialista de dominação cultural, política e financeira, sendo reforçado pelos intelectuais da época (emissários da nação), através de publicações nas revistas,

manchetes de jornais e opúsculos, como a publicação do livreto apócrifo denominado “Guia do Capoeira ou Gymnástica Nacional”. Nota-se que a mídia exerceu um papel fundamental na construção da ideia de posicionar e reposicionar o indivíduo em um lugar de privilégio e desprivilegio na sociedade, exercendo seu poder. Esse mesmo papel da mídia, ao tentar descolar a capoeira deste lugar de desprivilegio, acontece, por exemplo, em publicações de obras literárias do escritor Jorge Amado, no romance “Tenda dos Milagres”, em que denuncia sem veracidade ao leitor, a forma na qual a capoeira era reprimida no início do século XX.

Outros autores como Moura apud Soares (2012), com sua entrevista na “Revista da Semana”, em 1921, e Raul Pedreira, com seu artigo “A Defesa Nacional”, no mesmo ano, saem em defesa da capoeira para enquadrá-la à ideia de exercício físico para ser aceita socialmente, como acontece na reportagem publicada no jornal “Rio Sportivo”, onde o autor argentino Adolfo Morales de Los Rios filho, defende as ideias nacionalista de incorporação da capoeira ao mundo dos esportes. (SOARES, 2012). Essa ideia inspirou a produção do livro de Anníbal Burlamiqui⁶, onde o autor expõe aquilo que a sociedade deveria aceitar como verdade ao expô-la como prática de exercício físico. A capoeira atenderia ao projeto de disciplinarização e regulamentação da sociedade, com o aval dos intelectuais, ao garantir a verdade em suas publicações trazidas, em seus discursos, a associação entre exercício físico e a formação de um corpo dócil e útil” (BURLAMIQUI, 1928, p. 7).

A capoeira torna-se um prato cheio para alimentar a continuação do projeto iniciado no século XIX que dessa vez sofreu mudanças de paradigmas devido à assunção do Presidente Getúlio Vargas. Essa produção de verdades influenciou o corpo social, fazendo com que a capoeira fosse saindo do lugar de clandestinidade e passar a ser exaltada enquanto “manifestação oriunda do povo (...), e um saber que deverá ser preservado ao invés de perseguido”. (COSTA, 2013, p.52) Surge então, a luta Regional baiana, em Salvador, conhecida como Capoeira Regional, criada pelo Mestre Bimba, divulgada por participar de competições nacionais envolvendo outras lutas.

Busca-se, a partir daí, desconstruir uma verdade e construir outra, que não é mais aquela de representatividade negativa como aconteceu durante o século XIX. Esse mecanismo de poder é representado nas disputas entre capoeiristas e praticantes de outras lutas para ocuparem um lugar nos noticiários, pois a vitória de “um capoeira” sobre um lutador de um esporte reconhecido mundialmente, proporcionaria a condição de poder, ocupar o lugar de aceitação e representatividade nacional diante o lugar no qual a capoeira foi colocada. Assim, aumenta-se a participação de indivíduos pertencentes às classes sociais mais favorecidas.

Ocorre uma reviravolta entre os praticantes no sentido de reorganizar a prática, onde O Mestre Bimba, em 1937, em Salvador, funda o Centro de Cultura Física e Luta Regional para ensinar elites econômicas, políticos, militares e universitários,

6 Gymnastica nacional (capoeiragem): methodisada e regrada. Rio de Janeiro: o autor, 1928.

para obter uma maior aceitação social após seu processo de institucionalização e nacionalização, de acordo as regras das instituições esportivas. O projeto de nacionalizar e controlar, durante a gestão de Vargas, apoiando o povo através das lutas, artes marciais e esportes, minimiza ou destitui a capoeira de suas origens africanas (SILVA, 2003, p.88). A capoeira adquire notabilidade social e não é citada no novo decreto-lei de 1940, que institui o novo Código Penal brasileiro, o qual modifica o código penal da República Velha. Ainda que sua liberação não ficasse explícita, o novo código assegurou que os intelectuais produzissem e enunciassem a liberação de sua prática.

Isso desencadeou, em 1941, a publicação do decreto-lei n^o 3.199, que estabelece as bases da organização dos Desportos no Brasil. A partir disso, é fundado o Departamento Nacional de luta Brasileira (Capoeiragem), sendo o primeiro reconhecimento oficial, assim como a publicação do livro, “Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem”, em 1945, do professor Inezil Penna Marinho e o Estabelecimento de critérios para a prática desportiva da capoeira expedida pelo Conselho Nacional de Desportos, em 1953. Mesmo sem nenhum registro que se tratava diretamente da legalização da capoeira, e após a proibição de sua prática ter perdurado 50 anos até a sua nomenclatura se ausentar do novo Código Penal, muitos pesquisadores ainda consideram que o episódio ocorrido em 1953, em que o Mestre Bimba apresenta seu trabalho a Getúlio frente ao palácio do governo, em Salvador, isenta de vez a capoeira do lugar de proibição, marginalização e criminalização. Isso se deve ao fato de que, naquele instante, o Presidente se pronunciava, afirmando que a capoeira “é o único esporte genuinamente brasileiro” por colaborar e seguir a proposta de disciplinarização e controle.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As verdades produzidas e distribuídas nos discursos durante o século XIX se sustentaram na razão positivista, que fundamentaram a continuidade de uma “luta de raças”, levando a capoeira ao lugar de proibição e criminalização por meio de Decretos e Posturas favoráveis aos soberanos, os quais institucionalizaram o mecanismo de poder disciplinar para vigiar e punir as práticas sociais. A capoeira, portanto, estava situada de fora dessa “racionalidade” imposta, com auxílio das leis, para padronizar e encaixar o indivíduo no rol da “docilidade” e “utilidade”, conforme o lugar de ocupação do sujeito nessa sociedade disciplinar.

Essas verdades preservam, ainda, a ideia deturpada de “luta de raças” toda vez que há apenas uma compreensão do ponto de vista étnico, já que essa interpretação reforça o pensamento de que a capoeira deve ser vista a partir de um referencial em que exista apenas uma raça superior a outra. Dessa maneira, essa contradição é reforçada pelo mecanismo de Biopoder, onde a soberania que dava o direito de

“fazer matar” e “deixar morrer” é substituída por este dispositivo de “deixar viver”, porém “viver” conforme aquilo que representasse o total controle nacional. Com isso, a capoeira não mais representou uma ameaça social, já que a desconstrução das verdades, no século XX, as quais tentaram colocar a capoeira no lugar de prática corporal institucionalizada, cuja “representatividade nacional” a recolocaria, através da mídia, em outro lugar, distante daquele contexto vivificado no século anterior. Contudo, o mesmo dispositivo de poder que tentou “varrer” a capoeira das ruas e do lugar de criminalidade, foi o mesmo que tentou tirá-la da clandestinidade, e, portanto, criar outros meios de engendrar o controle do indivíduo através de seu próprio corpo, em meio essa engrenagem que se manteve útil e resistível nesses dois séculos.

REFERÊNCIAS

BURLAMAQUI, A. **Gymnastica nacional (capoeiragem): methodisada e regrada**. Rio de Janeiro: o autor, 1928.

COSTA, Neuber Leite. **Capoeira, Política Cultural e Educação**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2013.

CRUZ, Andréa Mendonça Lage da. **A capoeira e o seu jogo de significados**. 1996. 267f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição e POSSENTI, Sírio. **Mídia e Rede de Memória**. – Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000. FOUCAULT, M. *Il Faut Défendre la Société*. Paris: Gallimard, 1997).

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003. (FOUCAULT, Michel. *La vérité et les formes juridiques*. Cadernos da PUC, Rio de Janeiro, n. 16, pp. 5- 133, jun. 1974. (Conferências de Michel Foucault na PUC-Rio de 21 a 25 de maio de 1973).

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1977. (FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, (1975.)

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

HOLLOWAY, Thomas. (a) **“O saudável terror: a repressão policial aos capoeiras e a resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX”** IN: Caderno de Estudos Afro-Asiáticos, no.16. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 1989.

MARINHO, Inezil P. **A ginástica brasileira (resumo do projeto geral)**. Brasília, 1982. Apud (LUCENA, Ricardo, a capoeira e o esporte.

MORAES FILHO, Mello. **“Capoeiragem e capoeiras célebres”** IN: Festas e tradições populares. S50 Paulo: EDUSP/ITATIAIA, 1979.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. **A capoeira: de —doença morall à —gymnástica nacionall**. Revista

História, São Paulo, n. 129-131, p. 221-235, ago.-dez. 1993 a ago.-dez. 1994.

REGO, Waldeloir. **Capoeira angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Editora Itapuã, Coleção Baiana, 1968.

SOARES, C.E.L. **A negregada instituição, os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1994. P.282.)

VAZ, 2005. Jornal Eco...apud **Capoeira/Capoeiragem no Maranhão** LEOPOLDO GIL DULCIO VAZ [30/09/2005]).

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

